

62 - O DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O TEMA DA AUTONOMIA E GESTÃO ESCOLAR DO ENSINO NÃO SUPERIOR EM PORTUGAL (1986-2008)

Carla Menitra

Bolseira do Projecto KNOWandPOL; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade de Lisboa

A presente comunicação visa a apresentação dos resultados preliminares de um estudo realizado no quadro do projecto KNOWandPOL (www.knowandpol.eu) em curso na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, no qual estou inserida e cuja equipa portuguesa é coordenada pelo professor João Barroso. Trata-se de um projecto financiado pela Comissão Europeia que se debruça sobre “*o papel do conhecimento na construção e regulação das políticas da educação e da saúde na Europa: convergências e especificidades entre nações e sectores*”.

No âmbito deste projecto, está em curso um estudo sobre o processo político-social gerado pela intervenção governativa no domínio da “autonomia e gestão das escolas” do ensino não superior em Portugal, que integra, entre outras dimensões, a análise do debate parlamentar sobre esta matéria no período de 1986 e 2008. Esta análise levou à identificação dos períodos chave da discussão em torno dos processos de definição e execução das medidas políticas em matéria de autonomia e gestão escolar. Neste sentido, foi dada particular importância às legislaturas/governos, aos partidos políticos intervenientes e aos diversos contextos em que ocorreu o debate, bem como, às “fontes de conhecimento” mobilizadas pelos parlamentares com vista à legitimação dos seus discursos.

110 - O GOVERNO DA ESCOLA, ESPECIFICIDADES E DESAFIOS NUM TERRITÓRIO EDUCATIVO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (TEIP)

Elisabete Ferreira

(Professora Auxiliar FPCEUP)

Paulo Marinho

(Doutorando FPCEUP)

A diversidade e a complexidade dos contextos educacionais actuais vêm corroborar na grande complexidade que envolve a dimensão governativa da escola, demonstrando não ser possível, nem desejável, a gestão centralizada e uniforme dos Sistemas Educativos.

Nesta comunicação temos o cuidado de não perder de vista os objectivos pretendidos no âmbito das políticas educativas prioritárias nomeadamente, no que se refere à mudança dos Resultados Escolares e do Absentismo e Abandono Escolar, no entanto, desenvolvemos um olhar organizacional mais vasto de governação democrática da escola pública e especificamente de um Território Educativo de Intervenção Prioritária. Nesse âmbito, trazemos as dinâmicas educativas e as preocupações de governação de um quotidiano escolar de um agrupamento TEIP através do seu Observatório interno e em que se salientam aspectos relevantes de melhoria das condições de diálogo e comunicação que nos permitem falar de uma nova identidade da escola e de uma união que se verifica pelo trabalho de equipa cooperativo desenvolvido e se espelha num quotidiano escolar mais alegre e de boas práticas em prol de boas relações para uma melhor escola e educação.

A este propósito admitimos com Barroso (2003), ser necessário abandonar a dicotomia de uma administração centralista e de um mercado concorrencial e exponencial, nas questões da descentralização, da gestão local e da autonomia, pois estas, não são as únicas visões possíveis, na medida em que, “A realidade é mais complexa do que este raciocínio pressupõe e existem outras alternativas na educação pública, entre o ‘centralismo estatal’ e a ‘livre concorrência do mercado’, entre a ‘fatal burocracia do sector público’ e o mito da gestão empresarial’, entre o ‘súbdito’ e o ‘cliente’”.

É nesta atitude reflexiva que apelamos à necessidade de olhares mais subjectivos principalmente, em realidades adversas e profundamente complexas (como o é um agrupamento TEIP) e nesse campo, seguimos Brunsson (2006), quando explicita que coexiste uma visão tradicional de que as organizações existem para servir o propósito de assegurar uma coordenação eficiente da acção colectiva. Muitas das organizações modernas lidam com normas paradoxais, conflitos de interesses e estruturas ambíguas e não podem (ou não devem, nem querem) evitar as inconsistências e a diferenciação dos grupos com exigências contraditórias. Ora é neste olhar processual e não negando as constantes contradições vividas durante os últimos meses que tentamos aqui resumir e identificar alguns dos pontos do plano de acção mais bem conseguidos, mas também mencionar as fragilidades que continuaremos a tentar esbater na consecução de um clima cultural e escolar de boas práticas num contexto de TEIP.